

Diálogos

Diálogos - Revista do Departamento de
História e do Programa de Pós-
Graduação em História

ISSN: 1415-9945

rev-dialogos@uem.br

Universidade Estadual de Maringá
Brasil

Henriques Ferreira, Túlio Sérgio; Holanda Alves Costa Filho, Hildeberto
O antiamericanismo e a política exterior de Lula da Silva (2003-2010)
Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em
História, vol. 21, núm. 3, 2017, pp. 229-246
Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305554659016>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc



Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



O antiamericanismo e a política exterior de Lula da Silva (2003-2010)

<http://dx.doi.org/10.4025.dialogos.v21i3.39889>

Túlio Sérgio Henriques Ferreira

Doutor em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília/ Vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência política e Relações Internacionais da UFPB, tulioferreira@gmail.com

Hildeberto Holanda Alves Costa Filho

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), hildebertoholanda2@gmail.com

Resumo

A Política de Externa Lula da Silva (2003-2010) foi alvo de controvérsia. Houve debate entre grupos que defendiam estar ela "contaminada pelo antiamericanismo e pela orientação ideológica" e aqueles que consideravam que o país apenas agia de modo pragmático. Tal controvérsia é mais um capítulo das distintas visões sobre as relações Brasil-EUA existentes, pelo menos, desde a proclamação da República no Brasil em 1889. O artigo analisa e coteja dados econômicos e políticos dos mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula da Silva (2003-2010) verificando a eventual influência do alegado 'antiamericanismo' na gestão deste segundo presidente.

Abstract

The anti-Americanism and foreign policy of Lula da Silva (2003-2010)

The Lula da Silva's foreign policy (2003-2010) was subject to controversy. Debate arose among groups who argued that it was "contaminated by anti-Americanism and ideological orientation" and those who believed that the country only acted in a pragmatic way. This controversy seems to be another chapter of divergent views on Brazil-US relations that has been manifested, at least, since the proclamation of the Republic in Brazil in 1889. The article analyzes and compares economic and political data of the presidential terms of Fernando Henrique Cardoso (1995 -2002) and Lula da Silva (2003-2010) verifying the influence of the alleged 'anti-Americanism' in the latter.

Resumen

El anti-americanismo y la política exterior de Lula (2003-2010)

La política exterior de Lula da Silva (2003-2010) fue objeto de controversia. Hubo debate entre grupos que defendían estar "contaminada por el antiamericanismo y por la orientación ideológica" y aquellos que consideraban que el país sólo actuaba de modo pragmático. Esta controversia es más un capítulo de las distintas visiones sobre las relaciones Brasil-EEUU existentes, por lo menos, desde la proclamación de la República en Brasil en 1889. El artículo analiza y coteja datos económicos y políticos de los mandatos presidenciales de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) y Lula da Silva (2003-2010) verificando la eventual influencia del supuesto antiamericanismo en la gestión de este segundo presidente.

Keywords:
Brazilian Foreign Policy; Anti-Americanism; Lula da Silva Government; FHC Government

Palabras clave:
Política Exterior del Brasil; Antiamericanismo; Gobierno Lula da Silva; Gobierno FHC.

Introdução

A Política Externa do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) foi alvo de controvérsia no Brasil. Roberto Abdenur, ex-embaixador brasileiro nos EUA (2004-2006), declarou que ela estaria “contaminada pelo antiamericanismo e pela orientação ideológica” e que a promoção dos diplomatas era feita “não por sua competência, e sim de acordo com suas afinidades políticas.” (ABDENUR, 2007). Foi ainda mais enfático ao declarar que “um processo de doutrinação assim no Itamaraty não aconteceu nem da Ditadura”. Para ele, o paradigma supostamente dominante na diplomacia brasileira no governo Lula da Silva representaria um “substrato ideológico vagamente anticapitalista, antiglobalização, antiamericano”. (Idem) Paradoxalmente, Roberto Abdenur admite que as relações entre Brasil e EUA prosperaram nos anos em que esteve à frente da embaixada brasileira graças ao empenho pessoal do presidente Lula da Silva, embora não tivesse havido progresso nas relações comerciais bilaterais.

Estas afirmações mereceram resposta do então Ministro de Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, em entrevista intitulada “Nossa atitude é pragmática e não há antiamericanismo”. (AMORIM, 2007). Sobre as alegações de Abdenur, Amorim rebate: “É leviano afirmar que as promoções no Itamaraty obedecem a critérios ideológicos”. A respeito do suposto antiamericanismo na Política Externa Brasileira, o chanceler retrucou: “Nossa atitude é pragmática e procura defender o interesse brasileiro. Não há antiamericanismo. Muito pelo contrário, busca-se parceria [...]”.(Idem).

Amorim ainda elencou os contatos intensos entre os Presidentes Lula da Silva e George W. Bush (2001-2009), as discussões em torno do biocombustível e o trabalho conjunto no Haiti. Classificou as relações bilaterais como “maduras e positivas”, afirmando categoricamente que “A Política Externa é de

Estado [...] A leitura do que é importante para o povo brasileiro é que varia muito”. Sobre a importância do relacionamento Sul-Sul no governo Lula, Celso Amorim declarou que “[e]sse era o diálogo que estava faltando [...] Isso até fortaleceu o nosso diálogo com o Norte”.(Idem).

Outras vozes também se manifestaram sobre a questão. Gibson Barbosa, chanceler no governo Médici (1969-1974), manifesta-se em sintonia com as ideias de Roberto Abdenur (*apud* FERREIRA, 2008, p.125). Marcelo de Paiva Abreu seria mais enfático, considerando os comentários do ex-embaixador como “comedidos”. Para ele seria um equívoco julgar que as relações entre o Brasil e os EUA tenham sido excelentes no período. Para Abreu, “[...] é difícil crer que tudo vá tão bem quando tantas posições adotadas pelo governo brasileiro guardam marcas nítidas de dispensável ranço antiamericano”. (Abreu, 2007). Finaliza, concluindo que excetuando alguns sucessos nas negociações da OMC, “[...] o panorama das realizações da política externa brasileira é desértico” (Idem) e identifica uma tendência constante de piora nos quadros de diplomatas do Itamaraty.

Em retrospecto histórico, observa-se que controvérsias relativas às relações bilaterais Brasil-EUA não são inéditas. Conforme Ferreira (2008), visões divergentes sobre o posicionamento do Brasil frente aos EUA remontam, pelo menos, aos tempos da proclamação da República. Portanto, o debate conflagrado em 2007 está inserido na história brasileira de manifestações que defendem maior ou menor aproximação do Brasil com os EUA.

Neste sentido, o presente artigo testará os efeitos do alegado antiamericanismo do período do governo de Lula da Silva (2003-2010) na relação bilateral Brasil-EUA. Para tanto, além da introdução e conclusão, o artigo estará dividido em 3 partes. Na primeira, discute-se o conceito de ‘antiamericano’. Posteriormente,

apresenta-se breve histórico das relações bilaterais Brasil-EUA. Finalmente, a seção 3 analisa dados econômicos (Importações, Exportações e fluxo de Investimento Externo Direto norte-americano) e políticos (Pronunciamentos Presidenciais Oficiais, Votações na Assembleia Geral da ONU, disputas na Organização Mundial de Comércio) dos mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).

Através do cotejamento dos dados das duas gestões, pretende-se verificar mudança significativa de orientação da política exterior do Brasil na segunda gestão. Deste modo poderíamos concluir pela manifesta influência do alegado ‘antiamericanista’ na gestão Lula da Silva. Ressalve-se que não serão analisados os ‘mapas mentais’ dos operadores que comandavam a política exterior do período em análise. Assim, apesar da relevância das abordagens que valorizam os elementos ‘intangíveis’ e ‘imateriais’ para a análise de política exterior, este trabalho não se preocupará com tal grupo de variáveis. O que se pretende é tão somente buscar resultados mensuráveis e concretos da política exterior daquele período. Caso não se verifique divergências significativas nos dois mandatos presidenciais, a tese de que o antiamericanismo influenciou os resultados na relação bilateral Brasil-EUA na política exterior de Lula da Silva estaria comprometida.

O conceito

O antiamericanismo está relacionado com a predisposição para a rejeição dos EUA, suas instituições, sua cultura e seu povo. (KATSENSTEIN; KEOHANE, 2007; O'CONNOR; GRIFFITHS, 2006; HOLLANDER, 2004; REVEL, 2003). Segundo Hollander, o fenômeno do antiamericanismo reflete padrões comportamentais contraditórios: de um lado, o desejo de ser poderoso e bem sucedido como os EUA; do outro, a demonização do país. (HOLLANDER, 2004).

Para ele, internacionalmente, as raízes do antiamericanismo não se nutre apenas desta incapacidade de se igualar aos EUA, mas também da “[...] mistura de aversão, ambivalência, fascinação mórbida e uma pitada de ressentimento mundial” (Idem, p.33).

Katzenstein e Keohane (2007) consideram que a durabilidade das críticas é essencial para determinar se elas são ou não antiamericanas. Neste sentido, as avaliações feitas em tempo delimitado e abarcando ação específica dos EUA são ‘normais’. Por sua vez, aquelas antiamericanas se baseiam no pressuposto atemporal da negatividade das instituições, sociedade e valores dos EUA. Portanto, não é toda crítica ou atitude contrária aos EUA que pode ser caracterizada como antiamericana. Ela só o será quando o alvo da crítica não é a ação estadunidense em si, mas sim os EUA.

Por vezes, a dificuldade de caracterização precisa do ‘antiamericanismo’ pode ser instrumentalizada em favor de determinado segmento político (O'CONNOR; GRIFFITHS, 2006, p. 1). Tal fato pode ocorrer tanto por parte de governos que tentam capitalizar os sentimentos antiamericanos em prol de suas políticas, como pelo próprio governo estadunidense na tentativa de deslegitimar críticas às ações de sua política externa.

Segundo Katzenstein e Keohane (2007), o antiamericanismo é um conceito heterogêneo e multidimensional, podendo assumir diversas formas. Ademais, cada nação pode possuir tipo específico de antiamericanismo, gerado a partir das relações históricas entre os países. Para eles, o antiamericanismo mais brando é denominado “Antiamericanismo Liberal ou de Opinião Crítica”. Os antiamericanos liberais não esperam a destruição dos EUA e do que eles representam. Buscam que a promessa associada aos EUA se cumpra e que os valores liberais sejam postos efetivamente em prática. Este gênero de antiamericanismo é mais usualmente encontrado

em sociedades com fortes tradições liberais, como o Reino Unido, Canadá ou Austrália (KATSENSTEIN; KEOHANE, 2007).

Por sua vez, o “antiamericanismo Social-Cristão ou de Opinião Crítica” não questiona os valores liberais associados aos EUA, apenas duvida de sua aplicabilidade. Assim, defende-se a democracia, a modernidade e o livre mercado, mas não da mesma maneira como supostamente entendido pelos EUA. O antiamericanismo Social-Cristão estaria presente nos Estados de Bem-Estar Social da Europa, como a Alemanha, Suécia, Dinamarca e alguns Estados mais desenvolvidos na Ásia, onde as tradições políticas liberais possuem uma história institucional diferente da vivenciada por parte dos países anglófonos. (KATSENSTEIN; KEOHANE, 2007). Nestas sociedades, o papel histórico do Estado como participante na organização social e no controle dos desvios de mercado demanda uma atuação mais ativa do mesmo do que o tradicionalmente aceito pelos EUA.

O primeiro antiamericanismo que poderia constituir ameaça real aos Estados é caracterizado com ‘Soberano Nacional ou Defensivo-Identitário. No cerne deste antiamericanismo está a forte identidade com a nação e a forte rejeição às ameaças externas. O antiamericanismo ‘Soberano Nacional’ geralmente está presente em Estados fracos ou com necessidade de afirmação da própria identidade nacional (KATSENSTEIN; KEOHANE, 2007). Para tanto, as élites políticas do Estado propõem diferenciação proposital entre o país e os EUA objetivando-se não se perder o controle sobre a situação interna do país e garantir um espaço de inserção independente no sistema internacional. Nesta modalidade, a valorização da ‘Identidade Nacional Coletiva’ é o escudo contra a intromissão estrangeira, podendo representar uma ameaça real aos EUA e aos seus cidadãos ao preconizar ataques diretos a símbolos norte-americanos.

A quarta modalidade de antiamericanismo é o chamado “Antiamericanismo Radical” que apresenta manifestações mais intensas e podem frequentemente desencadear em protestos violentos. Os EUA representam ‘o mal’, o corruptor das boas instituições e dos corações dos indivíduos. Seu povo, cultura, instituições e políticas são vistos como antagonistas e por isso mesmo devem ser atacados e destruídos. Os EUA seriam a origem, força e motivo da propagação dos maus costumes. Portanto, as posições antiamericanas radicais pregam ou a completa conversão da sociedade norte-americana para o que considera correto ou sua destruição.

Por fim, descrevem-se duas formas “complementares” de antiamericanismo, frequentemente associadas a uma das categorias principais citadas anteriormente. São o Antiamericanismo Elitista e o Antiamericanismo de Legado. O Elitista é característico de sociedades tradicionais nas quais há uma forte percepção de superioridade frente aos EUA, como na França e outros Estados europeus ou sociedades milenares, como o Japão e a China. Já o Antiamericanismo de Legado se baseia, sobretudo, em ressentimentos de acontecimentos passados cometidos pelos EUA contra a sociedade, como uma deflagração de uma guerra ou o apoio a algum regime particularmente cruel. Sua força diminui com o passar do tempo, a não ser que os EUA reforcem negativamente sua imagem através de novos atos perniciosos ou que o Antiamericanismo de Legado seja reforçado por outra categoria de antiamericanismo. Geralmente está presente em países onde os EUA intervieram militarmente, como no México e na Grécia (KATSENSTEIN; KEOHANE, 2007).

As quatro tipologias principais de antiamericanismo aqui analisadas, conjuntamente com as duas menores, demonstram como as atitudes negativas e contrárias aos EUA podem derivar resultados

políticos diversos e ressaltam a heterogeneidade do antiamericanismo; sendo este influenciado pela cultura dos povos e as percepções individuais.

No caso em tela, o debate sobre a existência de antiamericanismo na Política Externa nos governos de Lula da Silva, observa-se que as afirmações daqueles que encampam tal tese não continham detalhamento sobre a forma de antiamericanismo existente no governo Lula da Silva. (Fato razoável, uma vez que tal debate político não precisaria necessariamente apresentar tal refinamento conceitual). O que se deve observar e que a 'acusação' caminha no sentido de imputar causalidade a tal variável. Neste sentido, existência antiamericanismo traria consequências palpáveis na PEB. Assim, antes de se efetuar tal análise, vejamos breve histórico das relações bilaterais Brasil-EUA buscando-se identificar eventuais formas de percepção da importância dos EUA para a política exterior do Brasil.

Breves notas sobre as relações bilaterais Brasil - EUA

A identidade americana compartilhada, o tamanho do território, a população e a economia são fatores de atração mútua entre Brasil e os EUA. (HIRST, 2009). Mesmo assim, a relação entre os dois países marca-se por períodos de maior e menor aproximação entre as duas maiores populações da América. Neste sentido, parcelas da sociedade brasileira tem manifestado posições pró e antiamericanas em sua história.

O posicionamento pró-americano nasce e se fortalece com o movimento Republicano na época do Império (HIRST, 2009). A aproximação dos EUA é vista como benéfica ao Brasil e elemento da modernização do país, em contraposição ao "atraso" representado pelas instituições Imperiais. Ao longo do século XX, desde Rio Branco, passando por nomes como Monteiro Lobato, Oswaldo Aranha, Castello Branco e Fernando Henrique Cardoso, diversos

atores políticos e personalidades da sociedade civil defenderam um vínculo mais estreito com os EUA, pois desse modo o Brasil conseguiria o almejado desenvolvimento econômico-social, modernização da sociedade e a defesa de seus interesses estratégicos no nível regional e global.

Por outro lado, há ressalvas em relação a tal relacionamento bilateral na história do Brasil. Tal reação aos EUA possui gênese no período Imperial (1822-1889). As diferenças culturais e, sobretudo, de regime, fazem emergir questionamentos em relação aos benefícios de um relacionamento próximo com os EUA (CERVO; BUENO, 2010). O Brasil, pela sua identidade, deveria manter-se vinculado politicamente a Europa, mantendo apenas relações econômicas com os EUA.

Após a queda da Monarquia e durante o período da Primeira República (1889-1930), a postura antiamericana perdeu força, visto que a complementaridade de interesses econômicos e estratégicos entre Brasil e EUA fortalecia naquele momento os atores pró-americanos. Mesmo assim, no período remanesce em alguns o sentimento de cautela em relação ao gigante do norte. É neste período que Eduardo Prado publica o célebre manifesto antiamericano "A Ilusão Americana". (FERREIRA, 2008).

A partir de 1930, o projeto de industrialização (com a consequente ruptura de complementaridade de interesses econômicos) e a simpatia pelos regimes Fascistas trazem a tona o antiamericanismo no Brasil. Um grande escopo de ideologias e atores antagônicos compartilhava de algumas características básicas: forte sentimento nacionalista e desejo de melhor inserção econômica mundial através do desenvolvimento interno.

Os EUA eram descritos como elementos de "atraso" para o Brasil, pois "atrapalhavam" o processo de desenvolvimento brasileiro visando proteger seus próprios interesses econômicos (BANDEIRA, 2004). Uma interpretação mais

branda considerava que os EUA poderiam ser parceiros importantes para o Brasil, porém mantido o distanciamento político, visto que a assimetria de poder entre as nações seria prejudicial aos interesses brasileiros.

O pensamento antiamericano no Brasil nunca levou a um embate direto entre as duas nações. Hirst considera que mesmo nos momentos mais frágeis, o relacionamento bilateral era caracterizado por uma “Indiferença Sutil” (HIRST, 2009)¹. Neste sentido, o antiamericanismo no Brasil era associado mais a um discurso reivindicatório do que a ataques diretos ou ruptura de relações diplomáticas, sempre em sintonia com posições nacionalistas e desenvolvimentistas. Assim, notamos que tal sentimento atinge maior intensidade no século XX, destacando-se os governos de Vargas (1951-1954), Costa e Silva (1967-1969) e Geisel (1974-1979). O embate entre posições pró-americanas e antiamericanas na história da Política Externa brasileira esteve circunscrito à defesa de uma maior aproximação com os EUA ou ao afastamento em busca de maior autonomia. Embora o antiamericanismo no Brasil possa ter manifestações mais extremadas no nível social ou no discurso político de lideranças ou partidos específicos, quando manifesto na Política Externa seu efeito mais notável foi a redução do diálogo, o afastamento político e a troca de acusações (CERVO; BUENO, 2010). No entanto, os EUA permaneceram como principal parceiro econômico do país e o afastamento político nunca levou a um confronto direto entre os dois Estados.

Comparando com as definições de antiamericanismo expostas na seção anterior, nota-se que o fenômeno no Brasil estaria no limiar entre o antiamericanismo social-cristão e o antiamericanismo soberano-nacional. Assim, possui elementos de ambos, tais como a defesa

dos mesmos valores liberais com uma interpretação diversa dos mesmos; e o repúdio aos EUA baseado em um forte sentimento nacionalista. Contudo o antiamericanismo na política externa brasileira seria mais bem descrito como postura política contrária a vinculação estreita com os EUA por considerá-la prejudicial aos interesses de longo prazo do Estado brasileiro. Desse modo, os EUA seriam questionáveis como parceiro preferencial, embora não se chegue ao extremo de defender a completa desvinculação. (CERVO; BUENO, 2010; MARTINS, 1975).

É dentro deste panorama histórico que se deve entender a afirmação da existência de antiamericanismo no governo Lula da Silva. Observa-se que as características do antiamericanismo brasileiro em Política Externa teriam características específicas que não se enquadrariam de modo cabal naquelas apontadas pelos teóricos referidos na primeira seção deste trabalho. No entanto, o uso do conceito com tom acusatório para referir-se à PEB de Lula da Silva demonstra a permanência desta variável político-ideológica no Brasil. Assim, parte-se agora para a avaliação de um conjunto de variáveis que possam indicar manifestações concretas desta reação aos EUA na política exterior do Brasil, ressaltando-se que apenas serão avaliadas algumas variáveis que possam ser mensuráveis em seus resultados concretos na relação bilateral Brasil-EUA. Neste sentido, se o argumento do antiamericanismo utilizado para os detratores do governo de Lula da Silva não for mensurável concretamente, restará nova análise que possa identificar a existência de pensamento antiamericano como mapa mental dos tomadores de decisão da política exterior brasileira do período. Inquérito que não é motivo de análise deste trabalho, ressalvando-se a importância de tal agenda para futuras pesquisas.

¹ Observe-se, no entanto, que, no século XIX, o Brasil rompeu relações diplomáticas com os Estados Unidos por duas vezes (BANDEIRA, 2004; GARCIA, 2005).

Análise dos dados

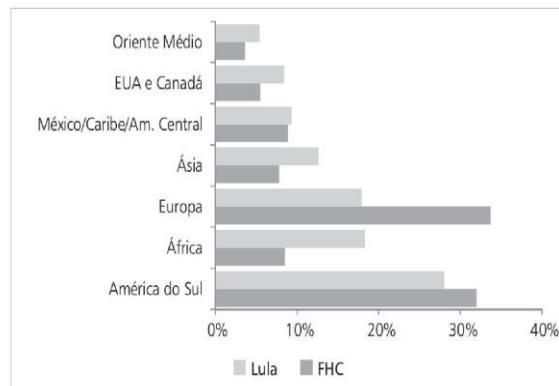
Tendo como ponto de partida as considerações teóricas e históricas anteriormente expostas, parte-se para a análise no sentido de se identificar a existência ou não de antiamericanismo (e sua possível adjetivação) na Política Externa do Governo Lula. Trabalha-se com a tese de que a queda acentuada em índices de aproximação bilateral entre o Brasil e os EUA eventualmente ocorrida entre as gestões de FHC e Lula da Silva indicaria a existência de alguma espécie de antiamericanismo na Política Externa Brasileira para o período. Assim, sendo tal fenômeno constatado, restará ainda a tarefa de qualificá-lo.

No que tange ao grupo de variáveis postas em análise, foram levantados e comparados dados políticos e econômicos das gestões FHC e Lula da Silva (discursos presidenciais, votações na AGNU, disputas na OMC, fluxos de comércio bilateral e IED). A comparação se justifica pela necessidade de se identificar rupturas/continuidades na PEB de Lula da Silva, uma vez que somente esta estaria sendo caracterizada como portadora de ‘antiamericanismo’. Portanto, caso não se comprove mudança substantiva entre as gestões FHC e Lula da Silva, o argumento da existência manifesta de antiamericanismo no governo Lula da Silva não encontraria eco na realidade. Vejamos a análise dos dados.

a. discursos presidenciais

Vilela e Neiva (2011) utilizam o método da Análise de Conteúdo (AC) para apreciar os discursos presidenciais oficiais em que foram feitas referências a Política Externa. Foram identificados 253 discursos de Fernando Henrique Cardoso e 749 de Luiz Inácio Lula da Silva, totalizando 1.002 discursos. No Gráfico 1 abaixo, extraído do referido artigo, encontra-se a presença relativa das diversas áreas do mundo nos discursos presidenciais.

Gráfico 1 - Citações sobre países/regiones, por FHC e Lula

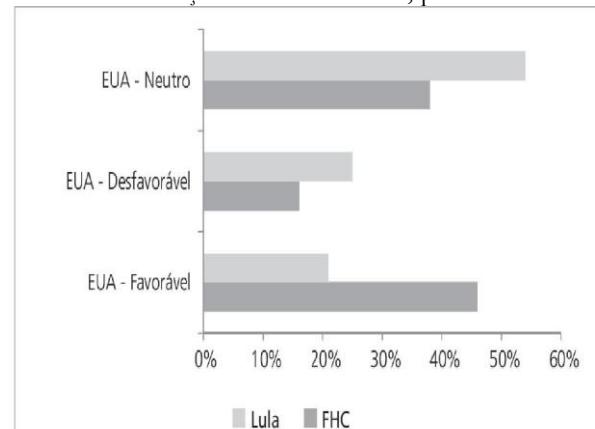


Fonte: VILELA e NEIVA, 2011, p. 80.

No geral, as mudanças mais significativas em termos percentuais são a queda da presença da Europa e o aumento da presença da África nos discursos de Lula. A América do Sul também apresenta uma pequena queda em relação ao governo Fernando Henrique Cardoso. As restantes regiões (Oriente Médio, EUA e Canadá, México/Caribe/América Central e Ásia) foram também mais citadas por Lula do que por FHC. Isso indica, portanto, que a presença dos EUA no discurso político presidencial não diminui - pelo contrário, aumentou em comparação a administração anterior. Vilela e Neiva (2011, p. 81) consideram esta descoberta uma “surpresa” visto que a partir da análise das ideologias partidárias dos presidentes, esperava-se encontrar justamente o contrário – a diminuição da menção aos EUA (e Canadá) nos discursos presidenciais de Lula (Idem).

Por esse motivo, os autores elaboram uma análise específica sobre os discursos nos quais são feitas referências aos EUA, buscando identificar se sua menção aparece associada a termos favoráveis, neutros ou desfavoráveis. O resultado está demonstrando no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Citações sobre os EUA, por FHC e Lula



Fonte: Retirado de VILELA e NEIVA, 2011: p. 81

Os dados do Gráfico 2 indicam que nos discursos de Lula, a presença dos EUA esteve associada majoritariamente a termos Neutros. Há uma proximidade entre os contextos em que os EUA estiveram associados a elementos Desfavoráveis e Favoráveis, mas o primeiro aspecto mostra-se mais presente do que o segundo. Por sua vez, nos discursos de Fernando Henrique Cardoso, os EUA aparecem na maioria dos casos de forma Favorável. Em seguida, aparecem os discursos Neutros e por fim, de modo minoritário, os discursos de teor Desfavorável.

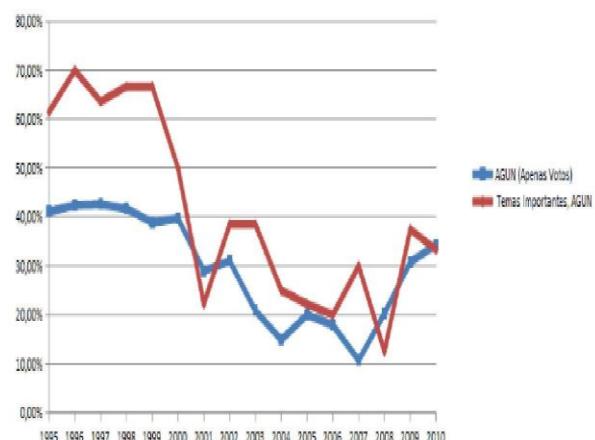
A comparação dos dados para os dois presidentes demonstra que Fernando Henrique Cardoso possuía uma visão muito mais favorável aos EUA do que Luiz Inácio Lula da Silva. Também se constata que Lula fez mais discursos no qual os EUA eram caracterizados de forma desfavorável. No governo de Lula, por sua vez, os EUA aparecem na maioria das vezes associado a termos neutros. Nitidamente, os EUA no governo Lula possuíam uma visão menos favorável por parte do presidente. Mas ao se sobressair discursos de caráter neutro e se considerar que a diferença entre os discursos favoráveis e desfavoráveis está em torno de 5%, este primeiro dado analisado não sustenta a afirmação sobre o suposto antiamericanismo da política externa brasileira, pois não há uma tendência desproporcional de menção os EUA de forma Desfavorável - o que seria esperado em

uma postura tipicamente antiamericana.

b. votações na Assembleia Geral da ONU (AGNU)

As votações na Assembleia Geral da ONU oferecem oportunidade de comparação das estratégias globais de Política Externa do Brasil e dos EUA. Assim, observa-se o grau de concordância com temas que transcendem as relações bilaterais entre ambos os países, votos semelhantes das duas nações em uma mesma matéria. Neste sentido, o Gráfico 3 abaixo representa tal Concordância.

Gráfico 3 - Concordância de Votos entre Brasil e EUA na AGNU.



Fonte: Elaboração própria, a partir de relatórios do U.S Department of State, Bureau of International Organizations Affairs: Voting Practices in the United Nations, 1995-2010.

Nota-se que a Concordância das votações brasileiras na Assembleia Geral da ONU até 2000 apresenta uma certa estabilidade na média de 40%. Nos dois últimos anos do governo de Fernando Henrique Cardoso (2001 e 2002), há uma queda de Concordância para o patamar dos 30%. A ascensão de Lula à Presidência em 2003 também coincide com uma nova queda na Concordância entre os dois países, chegando ao patamar dos 20% neste ano e 15% em 2004, voltando em 2005 e 2006 à faixa dos 20%. Em 2007 encontra-se o menor valor

de Concordância para o período, 10%. Após este ano, os índices de Concordância aumentam nos anos seguintes: 20% para 2008, 30% para 2009 e 34% em 2010, sendo os melhores índices de Concordância dos mandatos de Lula e superiores ao encontrado nos dois últimos anos do governo de Fernando Henrique Cardoso.

Nota-se que o nível de concordância brasileiro com os EUA nas votações da AGNU chegou a patamares mais baixos no governo Lula do que no governo FHC. Porém, a curva decrescente de Concordância inicia-se ainda no governo Fernando Henrique, na comparação entre os índices de 2000 e 2001. De fato, acentua-se no governo Lula, chegando a menor taxa em 2007. Porém, os três últimos anos deste presidente apresentam melhorias constantes nos dados.

Portanto, embora exista maior distanciamento brasileiro dos EUA na Assembleia Geral das Nações Unidas, é questionável que este fato indique a existência do antiamericanismo na política externa brasileira do governo Lula. O decréscimo de Concordância inicia-se ainda no governo Fernando Henrique Cardoso e encerra-se três anos antes do término do mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. Este decréscimo da concordância parece estar vinculado, temporalmente, a outros fatores, tal como o período presidencial de George W. Bush (2000-2008). (BANDEIRA, 2004).

Nos relatórios anuais do *Bureau of International Organizations Affairs: Voting Practices in the United Nations*, são especificados uma série de temas postos para votação na AGNU que são considerados de maior importância para a defesa dos interesses do governo Norte-Americano.

A linha Vermelha do Gráfico 3 é relativa a estes dados para o período. No governo FHC a concordância em votações importantes estava em um patamar muito superior ao da concordância nas votações gerais, variando entre 60% e 70% até 1999. Há uma queda significativa

em 2000, para 50%, mas que ainda era superior ao índice para as votações gerais. Em 2001 a tendência é acentuada, chegando a apenas 22%, sendo a primeira e única vez no governo FHC que a concordância nas votações importantes foi menor do que a nas votações gerais, pois em 2002 há uma recuperação para os 38%. De qualquer modo, a Política Externa do governo Fernando Henrique Cardoso nas Nações Unidas coincidia menos com os EUA no final do governo, em comparação com os anos iniciais de mandato.

Em 2003, no primeiro ano do governo Lula, a concordância em temas importantes mantém o mesmo patamar do ano anterior. A tendência de queda é retomada entre 2004 e 2006, com índices de 25% (2004), 22% (2005) e 20% (2006). No segundo mandato de Lula, há uma variação maior, com dois anos de recuperação (2007, com 30% e 2009, com 37,5%) e de queda (2008, com 12,5% e 2010, com 33,5%).

O maior e menor índice de concordância está em anos consecutivos (maior em 2009, menor em 2008). O maior índice, de 37,5% em 2009 aproxima-se do patamar encontrado no início do seu governo, sendo inclusive superior ao índice para o ano de 2001. E apenas em 2008 a concordância para temas importantes foi menor do que a concordância para as votações gerais.

Tal como nas votações gerais, os dados das votações para temas importantes indicam que a Política Externa do governo Lula teve, em geral, menos pontos de coincidência com os EUA. Porém, a tendência de afastamento inicia-se novamente ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso. Na verdade, as variações de concordância no governo Lula estiveram dentro do patamar dos dois últimos anos do governo Fernando Henrique Cardoso (entre os 20% e 40%), com a exceção do ano de 2008. Há também um aumento de Concordância no final do governo.

Novamente o maior distanciamento brasileiro dos EUA, desta vez em relação às votações importantes não parece indicar a existência do antiamericanismo. O que se encontrou, na verdade, foi uma tendência de maior distanciamento já iniciada em Fernando Henrique Cardoso, acentuada no meio do governo Lula e o início de uma nova tendência de aproximação nos anos finais.

c. disputas na Organização Mundial do Comércio (OMC)

Os Estados-Membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) possuem a sua disposição um Mecanismo de Resolução de Controvérsias destinado à solução pacífica de disputas sobre temas comerciais. Caso algum Estado-membro identifique que está sendo lesado por outro, devido ao não cumprimento das normas acordadas pelo Regime Internacional de Comércio, pode iniciar uma ação junto a Organização. A análise das disputas levadas a OMC é outra variável que poderá indicar antiamericanismo na Política Externa do governo Lula da Silva..

Tabela 1 - Casos de reclamações na OMC (Brasil contra EUA)

Período	1995 1998	1999 2001	2003 2006	2007 2010	Total
Início	1 DS4	7 DS217, DS218, DS224, DS239, DS250, DS259, DS267.	0	2 DS365, DS382.	10
Término	1 DS4	0	3 DS217, DS250, DS259.	0	4

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da OMC (Map of Disputes Between WTO Members).

A Tabela 1 lista todas as disputas abertas pelo Brasil contra os EUA na Organização Mundial do Comércio entre 1995 e 2010. Os casos estão divididos em quatro períodos que

correspondem aos mandatos presidenciais de FHC e Lula. A segunda linha corresponde ao ano de abertura da disputa e a terceira linha, o ano de sua resolução. Não se especifica, contudo, qual o tipo de solução foi adotada.

A análise dos dados da Tabela 1 mostram que durante o governo Fernando Henrique Cardoso foram iniciadas 8 disputas contra os EUA, e apenas o caso DS4 obteve seu desfecho ainda durante o mandato de FHC. Por sua vez, durante o governo Lula, foram iniciadas duas disputas (DS365 e DS382). Nenhuma delas teve sua resolução ainda no seu governo. Porém, três disputas iniciadas no governo anterior (DS217, DS250 e DS259) foram encerradas ainda no primeiro mandato de Lula.

Embora as disputas na Organização Mundial do Comércio estejam relacionadas as práticas econômicas que ferem o regime internacional de comércio, caso houvesse um antiamericanismo na Política Externa do governo Lula, uma hipótese plausível seria a do aumento das disputas com os EUA. Pode-se alegar que as contendas necessárias para atender os interesses concretos do Brasil já haviam sido feitas no governo Fernando Henrique. Por seu caráter de mais difícil resolução, foram herdadas pelo governo Lula, que por sua vez possuiria menos casos para reclamação junto à OMC. Deste modo, seria esperado que uma Política Externa verdadeiramente antiamericana logra-se aumentar as áreas de atritos com o país. A análise dos dados verifica o contrário. Não só menos disputas foram iniciadas no governo Lula, como também mais disputas foram solucionadas. Tal fato permite interpretar que no nível das disputas na OMC não há indício de antiamericanismo na Política Externa do governo Lula da Silva.

d. importações e exportações

Como descrito por Hirst (2009) e Bueno e Cervo (2010), as relações econômicas e comerciais constituem um dos aspectos mais importantes no relacionamento bilateral entre

Brasil e EUA. Desde que os EUA superaram a Inglaterra como maior parceiro comercial e econômico do Brasil, no início do século XX, eles nunca perderam a primazia, embora tenha enfrentado certos períodos de competição um pouco mais acirrada (como na década de 1930, na qual a Alemanha se mostrou uma alternativa para o Brasil).

Também se deve ressaltar que mesmo nos momentos em que as relações bilaterais estiveram mais frágeis, nunca o Brasil deixou de ter os EUA como o seu principal parceiro econômico-comercial. Pelos aspectos de irracionalidade do antiamericanismo, uma Política Externa antiamericana provavelmente condicionaria uma queda acentuada no comércio bilateral, mesmo que isto acarretasse prejuízos para o país..

O Gráfico 4 abaixo traz os dados referentes às Importações Totais Brasileiras FOB dos EUA (em azul) e o porcentual correspondente destas importações comparado às Importações Globais.

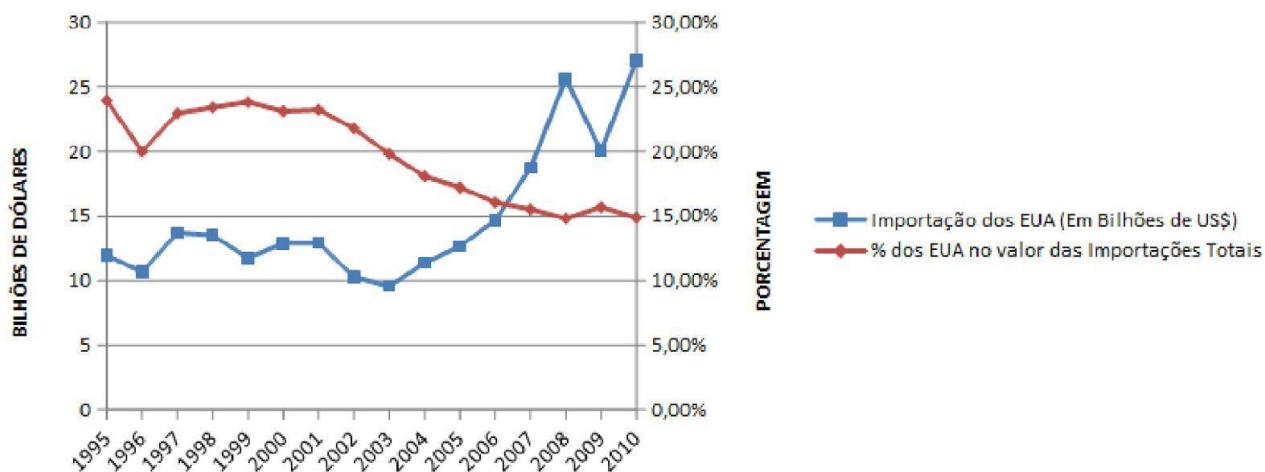
Verifica-se que as Importações

brasileiras dos EUA, entre 1995 e 2002 variaram entre US\$10,3 bilhões e US\$13,71 bilhões. A partir da posse de Lula, em 2003, há um aumento constante dos valores de importação ano a ano, com a exceção de 2009. Em 2010 o Brasil importou US\$27,04 bilhões dos EUA, maior valor para o período.

Em contrapartida, o peso relativo das importações norte-americanas, que se manteve estável no governo Fernando Henrique Cardoso, variando em torno dos 23%, inicia um movimento de queda a partir de Lula. Ano a ano, o porcentual de importações brasileiras originárias dos EUA diminui, chegando à apenas 14,82% em 2008, embora no período 2006-2010 tenha-se mantido estável, variando entre 14,8% e 16,1%.

A redução da importância relativa das Importações Norte-Americanas para o Brasil não se relaciona com a queda do valor das importações, pelo contrário, conecta-se com um período de aumento deste valor. Isto se explica pelo aumento mais acelerado do valor das Importações Globais do que o das Importações Norte-Americanas.

Gráfico 4 - Importações Brasileiras dos EUA: Valor Total e Porcentual



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos no Portal Alice Web 2 do MDIC.

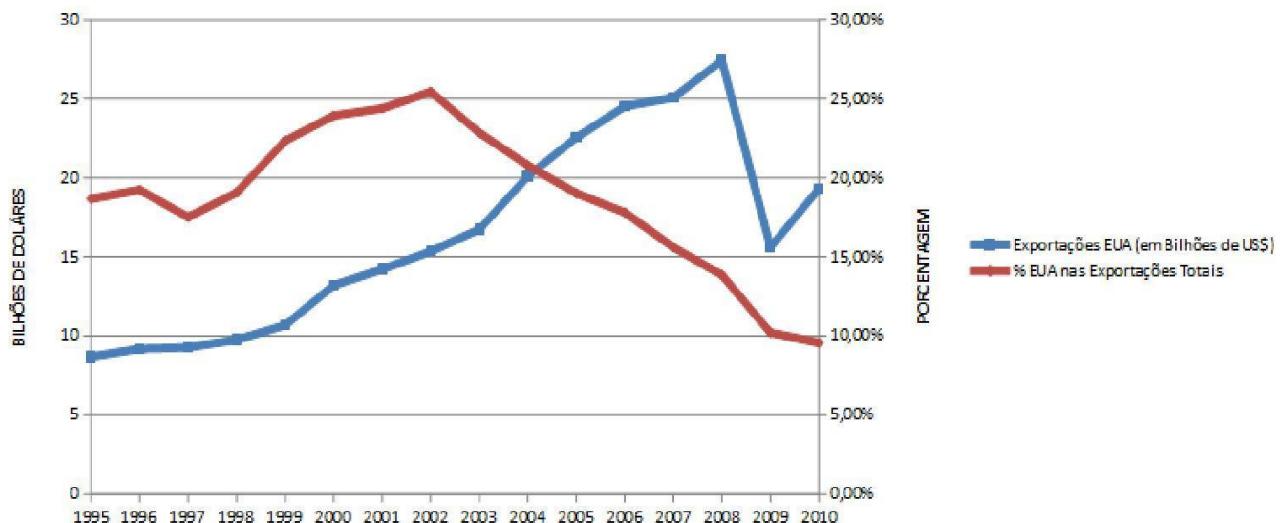
O valor total das importações aumentou 276,10% entre 2003 e 2010, enquanto o valor das Importações dos EUA aumentou 182,55% no mesmo período. Os valores do aumento são elevados em ambos os casos, mas a diferença de 93,55% entre as taxas de aumento explica a diminuição do valor relativo das importações norte-americanas.

O Gráfico 5 a seguir corresponde aos dados sobre as Exportações FOB Brasileiras para os EUA em Bilhões de US\$.

importância relativa destes valores, aumento, de 18,67% em 1995 para 25,44% em 2002, com apenas um ano de retrocesso (1997, chegando a 17,51% após representar 19,23% em 1996)..

No decorrer do governo Lula, de 2003 a 2008, o crescimento do valor das exportações não só se manteve como acelerou. A não ser em 2007, ano no qual o aumento foi de apenas 2,2%, nos anos restantes o crescimento do valor das exportações esteve acima dos 8,8%, alcançando o pico de 20,15% já em 2004. Em 2009 ocorre

Gráfico 5 - Exportações Brasileiras aos EUA: Valor Total e Porcentual.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos no Portal Alice Web 2 d do MDIC.

A análise dos dados representados pelo Gráfico 5 mostra que desde do início da série temporal analisada (1995) houve um aumento constante do valor das Exportações Brasileiras para os EUA.

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso este aumento sempre esteve acima dos 5% ao ano, chegando ao ápice em 2000 com um aumento do valor das exportações em 23,55%. O aumento do valor das Exportações Brasileiras ocorreu paralelamente ao aumento da

uma forte retração de 43,11%, provavelmente em consequência da Crise Financeira que eclodira no ano anterior. Em 2010 a recuperação de 23,75% não foi suficiente para alcançar o maior patamar do período, os 27,42 bilhões de US\$ em 2008. De qualquer modo, mesmo após a queda de 2009, em 2010 o Brasil exportava 15,42% a mais do que em 2003. Em termos de importância relativa, apesar do aumento do valor das Exportações, a participação do mercado norte-americano diminuiu ano a ano no governo

Lula, chegando ao piso de 9,56% em relação ao Total em 2010.

Assim como no concernente as Importações, o motivo reside no aumento mais acelerado das Exportações Globais. Verifica-se que no mesmo período o aumento para as Exportações globais alcançou 175,85%, incluído nisto a recessão de 22,71% em 2009.

Outro aspecto importante a ressaltar é que após a queda de 2009, as Exportações Globais do Brasil se recuperaram melhor do que as exportações para os EUA, superando o maior valor alcançado em 2008. Desse modo, a queda do valor relativo das Exportações para os EUA não parece ter sido ocasionada por elementos antiamericanos na Política Externa e sim pelo maior aumento do valor das exportações brasileiras para outros destinos.

Portanto, na análise dos números referentes ao comércio bilateral não há, novamente, indícios de atitudes antiamericanas na Política Externa do governo Lula. Embora tenha havido, de fato, uma redução da importância relativa dos EUA para o Brasil tanto nas Importações como nas exportações, este fenômeno parece estar mais relacionado com uma diversificação dos parceiros comerciais e o maior aumento relativo dos valores das Importações e exportações globais..

e. investimento externo direto (IED)

O IED é historicamente um tema de grande relevância política nas relações bilaterais Brasil-EUA. O processo de desenvolvimento brasileiro sempre buscou investimento externo devido às debilidades brasileiras em gerar poupança interna suficiente para suas inversões. Neste sentido, os EUA assumiram papel de grande importância para o financiamento do projeto desenvolvimentista no Brasil. Assim, a busca por IED estadunidense foi, em diversos momentos, tema prioritário da Política Externa Brasileira. Veja-se como exemplo o final do primeiro governo Vargas (1939-1940); o

governo Dutra (1946-1950) e os anos de JK (1956-1960).

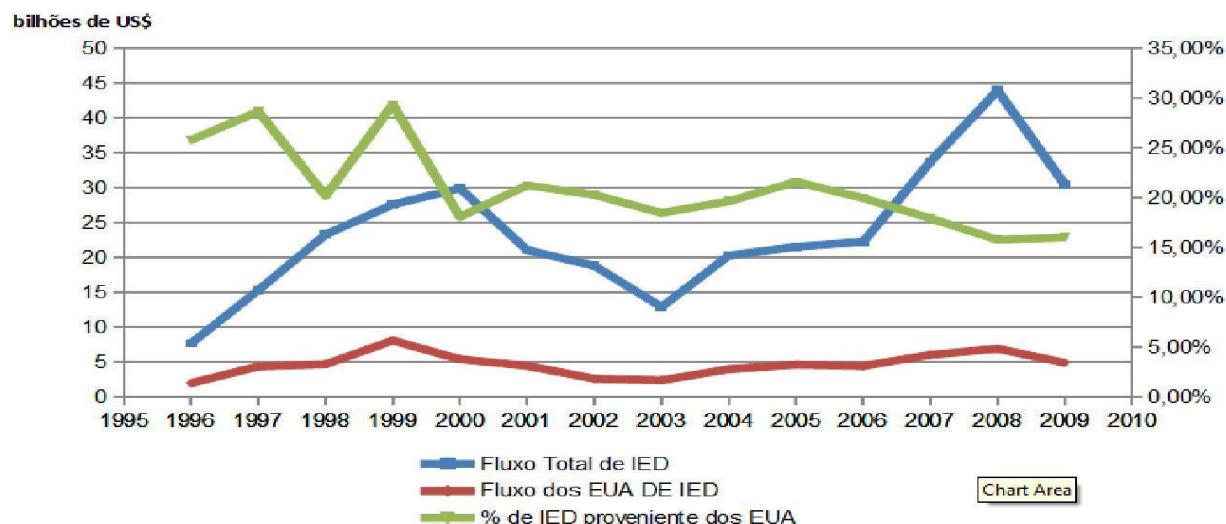
Em contrapartida, os EUA incentivaram, desde a “Aliança para o Progresso” do presidente J.F. Kennedy, passando pelo “Plano Brandy” na década de 1980 até as políticas neoliberais do “Consenso de Washington” na década de 1990, práticas por eles consideradas adequadas para a atração do IED. Washington priorizava o fluxo de Investimento Externo Direto Privado, de modo que incentivava práticas macroeconômicas visando não só a estabilidade do país, mas também condições vantajosas para as Companhias Norte-Americanas, tais como a desregulamentação para o envio de remessas de lucro para a matriz (CERVO; BUENO; 2010).

O IED mostra-se uma área sensível às políticas de governo. Visto que as empresas buscam investimentos seguros e rentáveis, a postura de determinado governo poderia desestimular o fluxo de capitais. Sendo assim, um governo de características antiamericanas provavelmente induziria a redução do fluxo de IED norte-americano devido aos maiores riscos para as corporações deste país, tais como a desapropriação e nacionalização. Talvez, mais importante do que a existência concreta de políticas antiamericanas no governo, seja a crença dos investidores nesta percepção.

Dito isso, o Gráfico 6 abaixo traz a representação gráfica dos dados referentes ao IED dos EUA.

No Gráfico 6, a linha azul representa o fluxo Global de IED para o Brasil, a linha vermelha o fluxo Norte-Americano e a linha verde a porcentagem do fluxo de IED oriundos dos EUA em relação ao fluxo Global. Embora o Gráfico 6 não abarque todo o período presidencial nem de Fernando Henrique Cardoso (faltando para este os dados referentes a seu primeiro ano de governo, 1995) nem de Luiz Inácio Lula da Silva (com a ausência dos dados para 2010, último ano de seu mandato) a

Gráfico 6 - Fluxo de IED para o Brasil (Norte-Americano e Global), em Bilhões de US\$ e Porcentagem relativa ao fluxo de IED dos EUA.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados Disponibilizados pelo Banco Central do Brasil.

ausência destes dados não impossibilita a análise, tanto por o período para ambos os presidentes ser o mesmo (sete anos) como por a avaliação dos dados estar pautada nas tendências demonstradas durante o período de governo como um todo. Faltando o primeiro e último ano, não se perde a consistência em termos do desenvolvimento do Fluxo de IED durante os mandatos.

O Fluxo de IED estadunidense manteve-se constante durante todo o período de análise, variando entre 2 e 8 bilhões de US\$. Porém, tanto o ano com menor IED norte-americano (1996, com 1,98 bilhões de US\$) como o com maior (1999 – 8,09 bilhões de US\$) se encontram no governo Fernando Henrique Cardoso, em um intervalo de apenas dois anos. A variação do IED norte-americano no governo Lula esteve entre 2,38 bilhões de US\$ em 2003 e 6,92 bilhões de US\$ em 2008. Na verdade, o valor de 2003 destoa do restante do período, que esteve sempre em ou acima dos 4 bilhões de US\$.

Neste aspecto, não se diferencia substancialmente dos números encontrados para o governo Fernando Henrique, que com exceção dos piores anos (1996 e 2001) manteve-se em ou acima do patamar dos 4,5 bilhões de US\$. Também deve-se considerar que o pior ano para o IED norte-americano no governo Lula foi o primeiro. Logo após, o país recupera-se, tendo uma pequena queda em 2006 seguida por dois anos de recuperação e vivenciando uma nova queda em 2009.

O fluxo Global de IED assumiu comportamento menos constante do que o norte-americano, embora com uma tendência de crescimento. Até 2000, seu valor elevou-se de 7,67 bilhões de US\$ em 1996 para 29,88 bilhões de US\$, um crescimento de 289,57%. Os três anos seguintes são de queda, chegando ao valor de apenas 12,9 bilhões de US\$ em 2003, um decréscimo de 56,83% em relação a 2000. A partir de então, o Fluxo de IED volta a crescer constantemente até 2008, chegando aos 43,89 bilhões de US\$, aumento de 240,23% em relação a 2003 e 46,89% em relação a 2000. No período,

houve taxas expressivas de crescimento, como em 2004 (57,07%), 2007 (51,61%) e 2008 (30,21%). Em 2009, uma queda de 30,63% baixa o valor do IED Global para os 30,44 bilhões de US\$. Esses números mostram que o comportamento do IED Global seguiu quatro fases distintas: de forte crescimento até o ano 2000; de retração entre 2001 e 2003, nos últimos anos do governo FHC e no primeiro ano do governo Lula; recuperação e aceleração do crescimento de 2004 a 2008; nova queda em 2009, embora mantivesse o mesmo nível de 2000.

O valor porcentual do Investimento Externo Direto Norte-Americano, de forma geral, decaiu no período em análise. Porém, esta queda não foi constante, variando em decorrência do comportamento do IED Global. Por vezes, a participação relativa do IED norte-americano aumentava em anos de aumento do IED Global; por outras, diminuía. De todo modo, a diminuição da importância relativa do IED norte-americano está relacionada ao aumento mais acentuado do IED Global: entre 1996 e 2009 houve um aumento de 146,97% no IED norte-americano, enquanto o IED Global aumentou no mesmo período 296,87%.

Portanto, a partir dos dados do Investimento Externo Direto, não é possível identificar elementos de antiamericanismo no governo Lula. Não houve uma retração do IED do país, como seria de se esperar no caso da existência do antiamericanismo, e sim um aumento. A perda de importância relativa está associada ao aumento de importância do IED Global.

Sumário analítico dos dados analisados

A partir dos dados expostos e da análise efetuada, caminha-se para a sumarização preliminar dos achados. Nos discursos presidenciais há aumento da presença do tema EUA na gestão Lula da Silva, observando-se que houve abordagem mais crítica do que no

governo Fernando Henrique Cardoso. Nas Votações na AGNU, tanto as Gerais como as Importantes, também há um distanciamento do Brasil para com os EUA. Porém, este distanciamento inicia-se ainda em Fernando Henrique Cardoso e chega ao fim antes do término do mandato de Lula. No entanto, o aumento das críticas aos EUA no discurso de Lula e a diminuição da concordância de votos na Assembleia Geral das Nações Unidas parecem estar relacionadas a tendência de afastamento político dos EUA iniciada em 2000 em decorrência a assunção de George W. Bush à presidência dos EUA. Tal distanciamento poderia ser resposta à política externa mais unilateral praticada no governo Bush em comparação ao governo Clinton (BANDEIRA, 2004). Tratando-se das disputas comerciais no âmbito da Organização Mundial do Comércio, deve-se considerar que o governo Lula envolveu-se em menos disputas do que o governo Fernando Henrique Cardoso. Nas relações comerciais, tanto as Importações quanto as Exportações apresentaram um padrão de crescimento constante do valor real. A diminuição da importância relativa dos EUA nestes aspectos está relacionada ao maior aumento dos valores das Importações e Exportações com outros parceiros. O único período de queda verificado em 2009 indica estar relacionado aos impactos da Crise Financeira de 2007-2008, uma vez que, já em 2010, os valores iniciam um processo de recuperação. Por fim, o IED norte-americano no Brasil possui grande estabilidade entre 1996 e 2009. Considerando ainda que o período das privatizações, no qual houve um grande fluxo de IED (até 2000) ocorreu ainda em Fernando Henrique Cardoso, a manutenção do nível de IE do EUA no Brasil torna-se ainda mais notável.

Considerações Finais

Partindo da polêmica gerada pelas afirmações do ex-embaixador Roberto Abdennur sobre a existência de ‘antiamericanismo’ na

Política Externa do governo Lula, buscou-se verificar a validade de tais afirmações e suas eventuais consequências para na relação bilateral Brasil-EUA. Inicialmente, evidenciou-se a polissemia do conceito antiamericanismo, tendo como ponto comum sua característica de considerar fatos relacionados aos EUA da América como maléficos ou indesejados *a priori*. A partir da tipologia criada por Katzenstein e Keohane (2007), estabeleceram-se parâmetros de comparação para as diversas manifestações políticas do antiamericanismo. Em seguida, a partir de uma descrição panorâmica da história das relações bilaterais Brasil – EUA no período republicano, foram estabelecidos os parâmetros basilares destas relações, demarcando-se os possíveis contornos da existência de antiamericanismo na história da Política Externa Brasileira. Observaram-se momentos de maior ou menor alinhamento com os EUA, sem a identificação de ruptura radical na relação bilateral.

Posteriormente, foram analisadas as variáveis selecionadas (pronunciamentos oficiais dos Presidentes, votações na Assembleia Geral da ONU, disputas na OMC, valores FOB de Importações e Exportações, fluxo de Investimento Externo Direto norte-americano no Brasil) buscando-se constatar a transferência do alegado antiamericanismo na relação bilateral Brasil-EUA. Neste sentido, partiu-se da hipótese de que uma alteração negativa ao se comparar os dados do governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) com os da gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) constituiria um importante indicativo de que a política externa de Lula da Silva fora contaminada por preceitos antiamericanos.

A análise dos dados, contudo, não evidenciou tendência a tal diminuição de intensidade nas relações bilaterais durante o governo Lula. Em aspectos como importações, exportações e disputas na OMC, mostrou-se, diversamente do esperado, melhora no padrão do relacionamento, com o aumento do valor das

transações comerciais e a redução do número de disputas na Organização Mundial do Comércio. As variações no fluxo de IED norte-americano mantiveram-se estáveis durante todo o período. Nos discursos presidenciais na gestão Lula da Silva, os EUA da América são mais vezes mencionados de forma negativa. Porém, sobressai o viés neutro. Nos dados concernentes a votações da Assembleia Geral da ONU, identificou-se tendência mais acentuada de afastamento entre Brasil e EUA durante o período em questão. No entanto, o início deste processo encontra-se no governo Fernando Henrique Cardoso e, também, se observou movimento de reaproximação nos últimos anos do governo Lula da Silva.

Sendo assim, de forma geral, as relações bilaterais Brasil-EUA não sofreram mudanças significativos durante o período em análise. Em termos econômicos, ocorreu justamente o contrário, com o aumento do valor das importações e exportações entre os dois países. O que ocorreu, no final do período da gestão Lula da Silva, foi a diminuição da importância relativa dos EUA para o comércio exterior do Brasil. Fato que se explica pela diversificação de parcerias adotada no período.

Finalmente, algumas conclusões podem ser aventadas. É perceptível que Lula adotou uma postura mais crítica em relação a Washington. No entanto, diferenças de programas em política externa entre governos de diferentes partidos é esperada, como visto em Oliveira e Onuki (2009). Contudo, mesmo que Lula e o PT sejam considerados menos simpáticos ao relacionamento com os EUA do que Fernando Henrique Cardoso e o PSDB, as diferenças práticas causadas na relação bilateral Brasil-EUA não são significativas e não permitem concluir que o 'antiamericanismo' eventualmente existente na gestão Lula da Silva teria, assim, 'transbordado' para a PEB. A diminuição da importância relativa dos EUA na PEB e discursos presidenciais mais críticos aos EUA apontam para uma concepção de Política

Externa que se pretendia mais autônoma em relação aos centros de poder do sistema internacional. Fato que o chanceler Celso Amorin designava *como política externa ativa e ativa*. Considerações que não foram objeto de análise deste trabalho.

Assim, talvez, as afirmações do embaixador Roberto Abdennur citadas no início deste artigo possam ser interpretadas justamente como uma crítica a postura mais autonomista da PEB de Lula da Silva. Como apontam Oliveira e Onuki, o programa para política externa do PT conclama ao fortalecimento do diálogo sul-sul, e não ao confronto direto com os EUA. Uma das consequências da diversificação de parceiros é a diminuição da importância relativa de um parceiro específico, como demonstram os dados referentes às importações e exportações.

Outro elemento importante a ser considerado é a conjuntura de atuação no cenário internacional. Assim, ao se comparar os dados do governo FHC e Lula da Silva, é importante ter em conta os diferentes contextos dos seus mandatos. Em relação às votações da Assembleia Geral da ONU, o distanciamento verificado nos votos parece estar mais vinculado ao período em que George W. Bush esteve na Casa Branca (2000-2008) do que à alternância de presidentes brasileiros, pois a tendência de afastamento coincide justamente com o mandato deste mandatário estadunidense. Deste modo, o pequeno afastamento político entre as duas nações (o qual não se verificou na esfera econômica) pode ter sido responsável às políticas adotadas durante a administração de George W. Bush, que entraram em conflito não só com os interesses brasileiros, mas também com o de outras nações (BANDEIRA, 2004).

Assim, ainda que se alegue que atores relevantes da política exterior brasileira na gestão Lula da Silva (2003-2010) operavam com valores antiamericanos, tal fato não foi transferido de modo concreto para os resultados da relação bilateral Brasil-EUA. Resta aclarar que não se aplicam ponderações relativas à qualidade de

antiamericanismo eventualmente existente naquele período, já que não se verificou a influência de tal variável no fenômeno estudado. No entanto, tal possibilidade analítica que busque refinar as manifestações antiamericanas no Brasil remanesce para futuros trabalhos

Referências

- ABDENUR, Roberto. Nem na ditadura. **Veja**, páginas amarelas, 7 de fevereiro, 2007. disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. acesso em 02 de julho de 2015.
- ABREU, Marcelo de Paiva. Política externa nua e crua. **O Estado de São Paulo**, 12 de fevereiro. 2007. Disponível em: <<http://www.economia.puc-rio.br/mpabreu/pdf/OESP07.02.12.pdf>>. acesso em 02 de julho de 2015.
- ALMEIDA, Paulo; BARBOSA, Rubens (Orgs). **O Brasil e os Estados Unidos num mundo em mutação**. Washington/EUA: Embaixada do Brasil, 2003.
- AMORIM, Celso. Entrevista. **O Estado de São Paulo**, 11 de fevereiro, 2007. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20070211-41389-nac-10-pol-a10-not/tela/fullscreen>>. Acesso em 02 de julho 2015.
- BANDEIRA, Muniz. As relações perigosas: Brasil-Estados Unidos (de Collor a Lula, 1990-2004). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- CASTRO, Flávio. **Itamaraty: Dois Séculos de História (1808-2008)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.
- CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora da UNB, 2002.
- FERREIRA, Túlio. “A ruína do consenso: a política exterior do Brasil no governo Figueiredo (de 1979 a 1985)”. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v.49/02, 2006. p. 119-136.
- _____, “Duas faces do gigante: os Estados Unidos nas visões de Eduardo Prado e Monteiro Lobato (notas sobre as relações Brasil/Estados Unidos)”. **Cena Internacional** (UNB), v.10, 2008. pp.125-146.
- HIRST, Mônica. “O Pragmatismo Impossível: A política Externa do Governo Vargas (1951-1954)”. **Cena Internacional**, vol. 05, n.1, jun. 2003.

_____. **Brasil-Estados Unidos: desencontros e afinidades.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

HOLLANDER, Paul. (Ed.). **Understanding Anti-Americanism.** Chicago: Ivan R. Dee Publisher, 2004.

HUNTINGTON, Samuel. O choque das civilizações e a recomposição da nova ordem mundial. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

KATZENSTEIN, Peter; KEOHANE, Robert. Varieties of Anti-Americanism: A Framework of Analysis. In: KATZENSTEIN, Peter; KEOHANE, Robert (Eds.) **Anti-Americanism in world politics.** US: Cornell University, 2007.

MARTINS, Carlos. “A evolução da Política Externa Brasileira na Década 64/74”. **Estudos CEBRAP**, v.12, abr/jun. 1975.

O’CONNOR, Brendon; GRIFFITHS, Martin. Introduction: Making sense of Anti-Americanism. In: O’CONNOR, Brendon; GRIFFITHS, Martin (Eds.). **The Rise of Anti-Americanism.** London: Routledge, 2006.

OLIVEIRA, Amâncio; ONUKI, Janina. “Eleições Partidos Políticos e Política Externa no Brasil”. **Revista Política Hoje**, vol. 19 (1), 2010.

REVEL, Jean. **A Obsessão Antiamericana: causas e inconsequências.** Rio de Janeiro: Universidade, 2003.

VILELA, Elaine; NEIVA, Pedro. “Temas e Regiões nas Políticas Externas de Lula e Fernando Henrique: comparação do discurso dos dois presidentes”. **RBPI**, 54 (2), 2011. p. 70-96.

Banco de Dados

BRASIL (Banco Central do Brasil). Fluxo de Investimento Externo Direto. Disponível em:
[<http://www.bcb.gov.br/rex/ied/port/ingressos/htms/index1.asp?idpai=INVDIR>;](http://www.bcb.gov.br/rex/ied/port/ingressos/htms/index1.asp?idpai=INVDIR;)
 [Acesso em 26 abril de 2015.](http://www.bcb.gov.br/rex/ied/port/ingressos/htms/index2.asp?idpai=INVDIR>;

<a href=)

BRASIL Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Alice Web 2. Disponível em:
[<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>.](http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/) Acesso em 26 de abril de 2015.

U.S Department of State, Bureau of International Organizations Affairs. Voting Practices in the United Nations: 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010.

Disponível em:
<http://www.state.gov/p/io/rls/rpt/index.htm>
 Acesso em 26/04/2015.

World Trade Organization, “Map of Disputes between WTO Members” e “Dispute Settlement – Disputes by Country/territory”. Disponível em
https://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/dispu_by_country_e.htm Acesso em 20/05/2015.